



TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIAS: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO “TOCANTINS RIO AFOGADO” (2005).

TERRITORIES OF RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY “TOCANTINS RIO AFOGADO” (2005).

Plábio Marcos Martins Desidério¹

Diogo Pereira da Silva²

Gabriel Queiroz dos Santos³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar as narrativas de povos ribeirinhos presentes no documentário “Tocantins, Rio Afogado”, de Hélio Brito e José Luiz Neiva Brito. Foi destacado a fala de alguns ribeirinhos, afim de criar as categorias de análises: a) angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma; b) os impactos nas duas terras: a boa e a ruim; c) sentimentos e descrenças. Assim, a partir da teorização de Rogério Haesbaert (2005) sobre território e territorialidade, buscou-se investigar, por meio das vozes dos atingidos, os sentimentos de pertencimento, de formação identitária com os locais (cidades) atingidos pela construção das Usinas Hidrelétricas ao longo do rio Tocantins. Nesse sentido, sob ótica do teórico Bill Nichols (2007) o documentário é analisado a partir da representação social, conceito utilizado pelo autor para imprimir uma categoria fílmica à produção, sendo a representação de experiências vividas pelos personagens. Com isso, vislumbrou-se sentimento de perda, negação do direito de escolher viver nos locais de origem e a pergunta que ecoa no consciente e inconsciente dos ribeirinhos: *Progresso para quem?*

PALAVRAS-CHAVE: Territórios; Cultura; Memórias; Documentário.

ABSTRACT: This article aims to analyze the narratives of riverside peoples present in the documentary “Tocantins, Rio Afogado”, by Hélio Brito and José Luiz Neiva Brito. The speech of some riverside people was highlighted, in order to create the analysis categories: a) anguish: people's words are worthless; b) the impacts on both lands: the good and the bad; c) feelings and disbelief. Thus, based on Rogério Haesbaert's (2005) theorization on territory and territoriality, an attempt was made to investigate, through the voices of those affected, the feelings of belonging, of identity formation with the places (cities) affected by the construction of the Hydroelectric Power Plants around along the Tocantins River. In this sense, from the perspective of theorist Bill Nichols (2007), the documentary is analyzed from the point of view of social representation, a concept used by the author to imprint a filmic category on the production, being the representation of experiences lived by the characters. With that, a sense

¹ Doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília. Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professor do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: plabio@uft.edu.br

² Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Território (PPGCULT/UFNT). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Professor da rede estadual de educação básica do Tocantins. E-mail: diogopregador777@gmail.com

³ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFNT). Graduado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Professor na rede de educação básica na cidade de Araguaína -TO. E-mail: gqscpp@gmail.com



of loss was glimpsed, denial of the right to choose to live in the places of origin and the question that echoes in the conscious and unconscious of the riverside people: Progress for whom?

KEYWORDS: Territories; Culture; Memoirs; Documentary.

INTRODUÇÃO

As narrativas de povos ribeirinhos às margens do rio Tocantins, evocam as territorialidades que resistem aos inúmeros empreendimentos capitalistas que por muito e por tanto, tentam silenciar a história de vida desses povos, negando a eles o básico: o direito de existir – apesar dos empreendimentos, os moradores reexistem à destruição – em locais que nasceram, cresceram e construíram laços afetivos e emotivos, tudo sob a justificativa do progresso regional. No entanto, a pergunta que ecoa das vozes dos atingidos é: *Progresso para quem?*

O rio Tocantins banha os estados do Goiás, Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. Ao longo do curso de suas águas existem usinas hidrelétricas dos tipos montante, jusante⁴, como a Serra da Mesa, Cana Brava, São Salvador, Peixe Angical, Lajeado, Estreito e Tucuruí. Foram construídos vários complexos hidrelétricos, transformando o rio numa sucessão de represas. A primeira usina hidrelétrica do rio Tocantins foi a de Tucuruí, concluída em 1984 e causadora de inúmeros problemas ambientais e sociais, como os riscos de desabamento, contaminação dos rios da região, entre outros. Em 1998, foi concluída a Usina Hidrelétrica de Serra Mesa, que formou um dos maiores espelhos d'água do Brasil; em 2002 foram finalizadas as Usinas de Cana Brava e Luís Eduardo de Magalhães; em 2006 foi a vez da Usina de Peixe Angical e em 2009 as Usinas de Estreito e São Salvador.

Cada uma dessas barragens têm uma história significativa de interferência na vida social dos sujeitos, que são diretamente atingidos. Por exemplo, a usina de Lajeado que foi construída em 2002 e desde então os povos indígenas Akwê-Xerente vem tendo suas vozes silenciadas. De acordo com Venâncio e Chelotti (2021), a construção dessa barragem em jusante interferiu diretamente na produção, na pesca e nas formas de subsistência que os indígenas praticavam. Os Akwê-Xerente lutaram para que fossem reconhecidos diante deste impacto ambiental, neste

⁴ Jusante é o nome que se dá a formação da fase que se dá após a barragem onde o rio volta a ser rio após a saída da água pela turbina e Montante a área onde se forma o reservatório, estes termos são muito utilizados no Meio Ambiente, pois existem impactos a Jusante e a Montante da Barragem. <https://mundogeo.com/2009/09/23/jusante-ou-montante/>



caso as roças das vazantes. Obteve sucesso, mas novamente, tiveram suas vozes silenciadas por técnicos do Programa de Compensação Ambiental Xerente (Procambix)⁵.

Os povos que residem nos municípios que foram ou serão afetados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, são: Carolina e Estreito no Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeiras, Palmeirante, e Tupiratins ambos do Estado do Tocantins. As narrativas dos povos atingidos, citados pelo documentário em análise nos permitirá entender os significados de memória, territórios, cultura e as representações da paisagem do rio Tocantins para estas comunidades de ribeirinhos.

A partir desses relatos, neste artigo analisaremos o documentário “Tocantins Rio Afogado”, que traduz em imagens, vozes e memórias a trajetória de vidas de muitos ribeirinhos que são/foram atingidos diretamente pela construção de barragens ao longo do rio Tocantins. Assim, metodologicamente, a delimitação se dá a partir das narrativas produzidas pelos povos ribeirinhos que foram impactados pela usina hidrelétrica do Estreito (MA). Em geral, casas que foram inundadas, pessoas que tiveram que abandonar suas moradias, culturas que foram imersas, além, claro, da degradação ambiental e social que, ao longo do curso do rio, foram sendo atingidas.

Assim, abordar as memórias, as territorialidades dos sujeitos diretamente atingidos pelas barragens e representadas no recurso midiático “documentário” são objetivos centrais deste artigo. O método se aproxima de uma análise semiológica procurando compreender os sentidos presentes nas narrativas inseridas pelo cineasta Hélio Brito na produção do documentário. Foram, portanto, selecionadas algumas das falas dos entrevistados para procurar compreender como os sujeitos impactados relataram as experiências no processo para a construção da barragem no Rio Tocantins.

Documentário: uma visão geral

A definição de documentário, neste artigo, se dará a partir da visão de Bill Nichols (2007). O autor convida-nos a pensar o documentário a partir de duas classificações: 1) o

⁵ Mais informações sobre o Procambix em: <https://www.investco.com.br/pt-br/programa-para-comunidade-indigena-xerente>. acesso em 17/01/2023.



documentário de satisfação de desejos e 2) o documentário de representação social. O primeiro, está associado à ficção, pois expressam desejos, sonhos, pesadelos e terrores. “Tornam concretos - visíveis e audíveis - os frutos da imaginação” (p. 26). Por outro lado, os de representação social têm a capacidade de representar aspectos do mundo que compartilhamos, ou seja, das experiências vivenciadas pelos sujeitos.

Destacamos com mais ênfase o segundo, tendo em vista que o documentário “Tocantins, Rio Afogado” está a representar as experiências de vidas de ribeirinhos impactados pelas construções de usinas hidrelétricas no curso do rio Tocantins. Para isso, Nichols (2007) aponta que há três maneiras de compreender o documentário de representação social. Primeiro, como “análise ou representação reconhecível do mundo” (p. 28). Nesta é possível observar o que é registrado pelo vídeo e pelo áudio, e por isso acreditar ser a “verdade”, já que se ver tanto o que está reproduzindo no documentário, como fora do documentário. Segundo o autor,

a capacidade da imagem fotográfica de reproduzir a aparência do que está diante da câmera compele-nos a acreditar que a imagem seja a própria realidade reapresentada diante de nós, ao mesmo tempo que a história, ou argumento, apresenta uma maneira distinta de observar essa realidade. (NICHOLLS, 2007, p. 28).

Porém, a segunda maneira evoca as disputas de sentidos. Nichols (2007) sublinha que a produção dos documentários representa interesses dos outros, ou seja, como deve e querem que sejam vistos. Neste caso, os documentaristas assumem o papel de porta-voz do povo que ambienta o filme (história narrada), “eles falam em favor dos interesses dos outros, tanto dos sujeitos temas de seus filmes quanto da instituição ou agência que patrocina sua atividade cinematográfica” (NICHOLS, 2007, p. 28).

Na terceira maneira, o autor faz uma comparação do documentário com um advogado. Isso porque, segundo o autor, o advogado representa os interesses de um cliente, que “colocam diante de nós a defesa de um determinado ponto de vista ou uma determinada interpretação de provas” (p. 30). Diante dessas três maneiras, é pertinente destacar a ética por trás da produção de um documentário. Há uma diferença na forma como são tratados os personagens nos filmes de ficção e nos de não ficção. Vejamos sob a ótica de Nichols (2007), que destaca que no de ficção a regra não é regra. Ou seja, há um contrato e é feito o que é pedido. A performance do ator e atriz deve ser segmentada de acordo com os mandos dos diretores, bem como seu próprio prestígio socialmente, já que é levado em conta sua atuação.



Por outro lado, o de não ficção exige a regra da ética. Os personagens do documentário são tratados como atores sociais, isso implica, portanto, “(...) *continuar a vida mais ou menos como fariam sem a presença da câmera*” (ibidem, p. 31). Esses são atores culturais e não teatrais. Essa premissa determina que “(...) o valor para o cineasta consiste não no que promete uma relação contratual, mas no que a própria vida dessas pessoas incorpora” (p. 31). Levando em consideração a noção de documentário como representação social, valemo-nos do documentário “*Tocantins, Rio Afogado*”, de Hélio Brito e José Luiz Neiva Brito, para observarmos como as memórias e, assim, as territorialidades dos sujeitos são representadas. Desse modo, impossível não comentar o título do documentário. Hall (2016) sobre representação diz que:

ela é a produção do significado dos conceitos da nossa mente por meio da linguagem. É a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo “real” dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário dos objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios. (HALL, 2016, p. 34).

O documentário foi produzido em 2005, sendo gravado em alguns municípios dos estados de Goiás, Tocantins e Maranhão, com uma duração de 55 minutos, com uma transmissão regular no que tange o áudio e vídeo do mesmo. Esta obra audiovisual, não é uma reprodução da realidade, no entanto a mesma foi construída e idealizada, pelos seus produtores como proposta de ser uma representação da realidade. O título “*Tocantins, Rio Afogado*” provoca o pensamento de que as barragens ao longo do curso do rio Tocantins estão afogando tanto as vidas humanas em seus aspectos culturais e sociais, como também a biodiversidade, nas questões de fauna e flora. Territórios que anteriormente produziam, exalavam vida, histórias de resistências, de riqueza simbólicas, são aprisionadas pela construção de barragens que, nas vozes de todos os entrevistados, não traria desenvolvimento para os ribeirinhos, mas, sim, pobreza, tristeza e falência. O que afinal os empreendedores compreendiam como território? Que tipo de territorialidades esses ribeirinhos evocam em suas falas? Que tipo de resistência esses sujeitos constroem?

As construções e implantações de hidrelétricas já tem demonstrado que além dos inúmeros impactos socioambientais, altera as territorialidades, modos de viver, praticas culturais e acentua os processos de desterritorialização e reterritorialização a esses povos atingidos que não conseguem de fato ser beneficiados por esse desenvolvimento capitalista.



A construção de hidrelétricas na Amazônia é a materialização da certeza que, o Estado e o capital privado nacional e internacional não respeitam as populações tradicionais e seu modo de vida, ao passo que desejam implantar um modelo de desenvolvimento unilateral. (ARAUJO, 2017, p. 72).

A ideia nesse modelo de desenvolvimento a partir do olhar do empreendedor, vem descaracterizar modos de vida dos povos tradicionais e ribeirinhos, uma vez que seus territórios e suas práticas culturais destes, em sua maioria, tendem a não serem consideradas de maneira justa e transparente, nos processos de negociação entre atingidos e órgão empreendedor em questões de: indenizações, desapropriações, reterritorialização e outras de impacto sócio ambiental. A topofilia dos impactados com seus territórios de origem vem apontar elucidar aspecto relevante para estes povos, e até insignificante para o empreendimento capitalista.

Porto-Gonçalves (2009) aponta que:

O território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é constituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim há sempre território e territorialidades, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tendo a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida. (PORTO-GONÇALVES, 2019, p.42).

Os sentimentos evocados nas falas e ações dos ribeirinhos denunciam a desterritorialização que são submetidos quando um empreendimento deste nível os atinge. Não há diálogo quando as relações de poder já são cristalizadas e o “mais forte” sempre vence. É nessa perspectiva de análise que discutiremos, então, os seguintes pontos a) Angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma; b) Os impactos nas duas terras: a boa e a ruim; c) sentimentos e descrenças.

Angústia: a palavra da gente não vale coisa nenhuma.

Os conflitos existentes entre os povos ribeirinhos impactados pela construção das barragens, difundem uma ideia de que haverá nas comunidades atingidas pelos impactos sócio ambientais um progresso, desenvolvimento nestas localidades, no entanto o que vem sendo observado e constatado por esses grandes empreendimentos ao longo dos anos, negligência aos direitos destas comunidades e aumento de insatisfações, desemprego, mudanças não só relacionadas aos impactos ambientais mas principalmente a um novo modo de viver de povos tradicionais e comunidades ribeirinhas. Um problema crasso e explícito nesta situação, é



evidência provocada pelos estudos isolados, governamentais e do empreendedor, ou seja, que não têm, com efetividade, a participação dos que realmente serão impactados, e de outro lado, a forma transparente de como é desenvolvida as negociações.

No campo das negociações, sabe-se que as indenizações sempre é assunto chave, no entanto, como bem lembra a autora, é sempre o último, quando, de fato, acontece. Em virtude desses pontos, faz-se necessário salientar que este artigo versará sobre os impactos da UHE de Estreito (MA).

O documentário deixa registrado que os povos ribeirinhos impactados pela UHE de Estreito são, verdadeiramente, contra sua construção. A insatisfação é resultado dos impactos desastrosos sob dois aspectos: a) ambiental e b) social. Maria Barros, uma das atingidas pela usina em questão, destaca que “(...) a vinda dela [UHE] só vem trazer tristeza, misérias e sofrimento para alguns que não têm condição de sair das suas casas”. Dona Maria destaca em suas palavras as incertezas e, ao mesmo tempo, as obviedades do que seria/será/é a construção das barragens quando não se há perspectiva de reverter a situação. Outro atingido diz: “(...) coisa boa não vem. Vai acabar com a terra, que planta, colhe de primeira qualidade” (Carlos Alberto – UHE Estreito).

Para Antunes 2019, “o território é, em sua essência conceitual, uma construção humana, e não parte integrante de uma análise de elementos naturais” (ANTUNES, 2019, p.18). Enquanto para Souza 2012 “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2012, p.78).

Haesbaert (2007), conceitua “Território” dentro de uma perspectiva mais ampla, destacando que tem a ver com “poder político”, no entanto, há também a visão simbólica de território, de apropriação e a de território concreto. Como aponta,

[...]o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreoterritor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo -especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2007, pp. 20-21).



Partindo da análise de um território simbólico, em que as afetividades, os sentimentos de identificação e a sobrevivência são eixos centrais na disputa entre o capitalismo e o progresso, os personagens que narram as lutas, apontam que não há alternativas em meio aos mandos e desmandos dos que detêm o poder. Na visão de Moraes (2004, p. 1) citando Haesbaert, percebe que este autor associa o termo território como sinônimo de poder e dominação no sentido simbólico.

Um diferencial na definição de território em Haesbaert é a ressalva que faz quanto às relações de poder. Para ele, o território em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (apud, SOUSA, 2019, p. 06).

Haesbaert (2008, p. 404) entende que uma das características da existência do território é a territorialidade. E que esta envolve a dimensão simbólico-identitária e a multiterritorialidade no sentido epistemológico.

Retomando uma argumentação que enfatiza, ao mesmo tempo, a imbricação e a diferenciação entre território e territorialidade, cabe aqui uma distinção muito importante –enquanto o território inclui sempre a territorialidade, esta não envolve, obrigatoriamente, a existência concreta de um território. Territorialidade, além de condição genérica para a existência de um território, enfatiza a sua dimensão simbólico-identitária e, assim, depreendemos que a multiterritorialidade também pode ser, a nível epistemológico, dissociada – uma multiterritorialidade mais funcional, no sentido da mobilidade concreta através de diversos territórios, e uma multiterritorialidade no sentido mais simbólico, não obrigatoriamente coincidentes (HAESBAERT apud SOUSA, 2019, pp. 6-7)

Sob a ótica de Saquet e Silva (2008), são apontadas um conjunto de relações de poder na categoria território e acrescenta que:

[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo. (SAQUET e SILVA, 2008, pp. 8-9).

Nesse sentido, trataremos também do território como disputa de poder e não apenas como a percepção de poder político, como bem lembra Haesbaert (2004), mas de caráter dominador e simbólico, ou seja, de apropriação.

(...) às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. Enquanto “continuum” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. (HAESBAERT, 2004, p. 3).



E continuando a sequência com a análise do documentário, vemos que os questionamentos, bem como o salientado por dona Maria Barros, deveriam também ser pautados sob a ótica do desenvolvimento real, ou seja, a partir da agricultura familiar que é produzida pelos ribeirinhos e indígenas que residem nas regiões que são impactadas pela UHE. Se esta possibilidade não é levada como alternativa, a realidade é outra: a de não desenvolvimento pós-construção das barragens.

Dona Maria Barros descreve com olhar vagante, sombreado de tristeza e nublado por perdas, que “[...] a palavra da gente não vale coisa nenhuma a não ser o que eles querem fazer. O que adianta a gente dizer que não quer e eles passarem por cima do dito?”. Diz ainda:

[...] na minha mente não acontecia, pois vai ser um deus nos acuda na vida de pobre que vivendo da beira do rio, dos seus terrenos, não pode rebolar... já está localizado, vai desmantelar tudo na vida das pessoas depois de ‘veio’ (sic). É muita dureza. A bondade é só para os lados deles. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Figura 01- Depoimento de possível atingida pela Usina Hidrelétrica de Estreito.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

Em sua fala, Maria Barros de forma simples, evidencia as incertezas para as populações tradicionais e ribeirinhas a serem atingidas com o empreendimento da barragem e formação de imenso lago no rio Tocantins, além de explicitar e denunciar de forma veemente que a bondade (desenvolvimento) será de maneira unilateral para eles, neste caso o CESTE- (Consórcio Estreito Energia). Haesbaert (2007) salienta que o processo de desterritorialização deve ser



diferenciado a partir dos papéis reais que os sujeitos têm dentro dos espaços que vivem e que os fazem existir.

(...) O ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o ‘anti-poder’ da violência até as formas mais sutis do poder simbólico. (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Desse modo, Haesbaert (2007), ainda destaca que “territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (idem).

Os impactos nas duas terras: a boa e a ruim.

Uma das denúncias feitas, por meio do documentário é do impacto diretamente nas terras que são utilizadas pelos ribeirinhos para sobrevivência. Dalcivan Rocha, da cidade de Filadélfia (TO) destaca em sua fala que o primeiro impacto é o de “inundar as terras que nós temos”. Ele afirma que há duas terras: a boa e a ruim. “A boa são as terras dos ribeirinhos de primeira qualidade e está ligada diretamente na sobrevivência das pessoas”. Já o segundo impacto é o social.

[...] o afastamento dessas pessoas de seu cotidiano que vem de longas datas. Pessoas que não tem hábitos e nem vontade de morar fora de seus redutos das suas regiões, que produzem ali há muitos anos, nunca enricaram, mas também passaram fome ou ficaram pobres. São pessoas e família que estão vivendo ali há mais de 100 anos, que vem sobrevivendo do que realmente é o rio. Eles sabem produzir as cheias do rio, aproveitando suas vazantes. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Quando Dalcivan Rocha fala do segundo impacto, ele recorre, de algum modo, a territorialidade e o processo de desterritorialização. Sack (1986, p. 219) destaca que territorialidade além de se referir a poder político, relaciona-se com ações e costumes dos sujeitos com a terra (território) que comungam laços.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. (apud HASBAERT, 2007, p. 22).



Figura 02- Quebradeira de coco.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

A territorialidade é, em tese, a experiência de vida dos sujeitos com os territórios que produzem laços afetivos. Uma das falas que norteiam essa visão é feita por Maria dos Anjos, quebradeira de Coco da cidade de Babaçulândia (TO).

A nossa vida aqui é muito tranquila a gente sobrevive do nosso trabalho. Nós trabalhamos e todos têm sua própria vida. Vivemos do babaçu e a da vazante do rio. Teve pessoas que melhoraram de vida através da venda e negociação do coco. Hoje são fazendeiros e produtores rurais. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Figura 03- Vazanteiro⁶ do rio Tocantins.



Fonte: Documentário Tocantins rio afogado.

⁶ Trabalhador rural que vive em função de plantar e colher frutas em vazantes de frutas e legumes as margens dos rios.



Um outro relato impactante é narrado pelo pescador Seu Limoeiro, que mostra sua insatisfação pela construção da Hidrelétrica de Estreito- MA e acrescenta:

Não quero que faça barragem. Vão fazer porque não é do meu acordo. Eu estou vivendo da beira do rio, vai acabar o rio e vai ficar só a água que não podemos nem tomar dessa água parada e poluída. Vão ficar todo mundo perdido com a cabeça doída. De quando começou esta barragem localizou o juízo no lugar certo, preocupado para onde é que vai. Já tivemos outros exemplos de barragens por aí, só a desgraça, a fome e as coisas ruins. Eu não posso ser a favor da barragem, porque na barragem não encontro nenhuma utilidade de bem aqui para nossa região. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Dona Maria dos Anjos, quebradeira de coco, e seu Limoeiro, vazanteiro e pescador, evocam suas relações com a terra, com a água e com as vivências produzidas com e para a terra, que os fazem viver, pois o Estado, enquanto instituição que poderia dar vida, nega e ainda tenta (e consegue) silenciar, não só as vozes, mas também o ser e estar presente em seus espaços territoriais.

Os territórios existem, porque existem as territorialidades, que são afirmadas e reafirmadas continuamente pelas suas relações. No entanto, quando há uma construção de uma usina hidrelétrica, há tristeza, sofrimento, inquietude e, sobretudo, insegurança. Um relato dramático é dado por Maria Barros, impactada pela usina de Estreito.

A história da barragem estou enxergando de maneira muito dolorosa. Não sei se é do jeito que penso, mas para mim ela só vem trazer miséria, tristeza, sofrimento, para alguém que não tem nem condição de sair mesmo das suas casas para andar perambulando mais ali a fora. E com isso com tudo que está surgindo, eu não sei o que pode vim de bom ou ruim para a gente e o que acho é que não vem nada de bom não. Na minha visão só vem o que é ruim. Mas a palavra da gente não vale coisa nenhuma, se é isso que eles querem fazer. O que que adianta dizer a gente dizer que não quer e eles passar por cima de todos os ditos. Só que na minha mente mesmo ela não acontecia era nunca. Que vai ser um deus nos acuda na vida de muito pobre coitado que tem por aí, vivendo da beira do rio, dos seus terrenos que não pode mais nem se rebolar para muitas coisas. Já está localizado em seus lugares, para ir desmantelar tudo na vida das pessoas depois de velho. É muito dureza. A bondade é só mesmo para o lado deles porque acho que para gente não vai ter bondade nenhuma. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

As palavras de dona Maria Barros permitem destacar que a cultura é também um dos fatores determinantes para a constituição das territorialidades. Os empreendimentos capitalistas que sugerem a construção das barragens e que as concretizam, sem que os principais sujeitos sejam os principais ouvidos e os principais no processo de pensamento e realização das obras. Há, nesse sentido, um choque cultural não só por quem se apresenta como instrumento do capitalismo, frente às populações ribeirinhas, mas ao mesmo tempo, à cultura comungada pelos sujeitos que são diretamente impactados pelas usinas e seus feitos ambientais.



Sentimentos e desconanças

Os povos indígenas também foram impactados pela ascensão das usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins. O desenvolvimento, que, neste caso, é de teor capitalista, nega não somente a existência da cultura local, mas também da população indígena. Os povos Xerente foram um dos impactados pela usina hidrelétrica de Estreito, dentre os problemas causados elenca-se, segundo Venâncio e Chelotti (2017), a insegurança alimentar, perda de território e aumento dos conflitos de terra. Além dos povos Xerentes, o documentário visibiliza as vozes de indígenas da Comunidade Krahô, que faz parte do Município de Goiatins - TO.

A indígena Gercila Krytwsy da comunidade Krahô de Goiatins pondera que:

Eu não estou querendo que apareça esta barragem. A água daqui (rio Tocantins) vai subindo e vai pegar o rio Vermelho (pois moramos ali as suas margens) e o de lá vem o veneno da soja vai encontrar um ao outro. Como que nós vamos usar mais o rio Vermelho? Como que nós vamos querer (usar) a nossa cultura e as nossas comidas? Porque os que estamos tendo a beira do rio Vermelho é nossas vazantes é nossas rocinhas. É disso que estou preocupada. E se eu pudesse que não aparecesse essa barragem, pra mim era muito bom. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

As vazantes do rio (local onde indígenas realizam suas roças tradicionais) é que fazem esses povos ribeirinhos sobreviverem, sobretudo os povos indígenas que, há séculos, sobrevivem de suas experiências com a mata, pesca e alimentação orgânica. Além de Gercila Krytwsy, o indígena Alberto Harpyhy manifesta preocupação com a construção da barragem e comenta que:

Essa é uma preocupação que estamos tendo nós indígenas. Eles querem trazer desenvolvimento para o nosso país, mas fico pensando se não tem um outro jeito de trazer desenvolvimento para o nosso país sem estas tantas “mil” barragens”. (Documentário Tocantins Rio Afogado, 2005).

Essas falas evidenciam as memórias coletivas que são destacadas pelos sujeitos, quanto a sua história de vida, de luta, de como seus familiares foram importantes para construir os espaços que hoje estão tomados pelas usinas hidrelétricas. Maurice Halbwachs aponta que memórias coletivas,

[...] nossas lembranças permanecem coletivas e não nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que os outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).



Halbwachs (2006) adverte que a memória coletiva, nestas circunstâncias, é permeada de reconstruções de grupos sociais inseridos em determinado contexto sócio espacial, territorial e temporal. Há nas vozes desses sujeitos, cujo documentário viera ressaltar como personagens centrais, sentimento de perda e desorientação. Não há diálogo humanizador e solucionador; não há perspectivas de melhorias com a chegada das usinas e, tampouco, desenvolvimento. Há, sem sombra de dúvidas, o questionamento que volta, constantemente, a se repetir: Progresso para quem? E neste caso aponta para o lado do empreendedor e construtor da hidrelétrica de Estreito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documentário “Tocantins, Rio Afogado” busca denunciar, por meio das vozes de sujeitos que sentem os resultados das construções de usinas hidrelétrica ao longo do rio Tocantins, o (des)pertencimento das populações ribeirinhas que foram diretamente atingidas. Territórios abalados, territorialidades esquecidas. Os espaços e sentimentos identitários não despertaram nos desenvolvedores das usinas o sentimento de respeito, o apreço à cultura e as regionalidades. O capitalismo, revertido de ideais de progresso, articularam com os poderes públicos e privados a “invasão”, impondo o “desenvolvimento” como única forma de sobrevivência de todos.

Nichols salienta que o documentário é a voz do orador, isto é, “(..) consegue abarcar razão e narrativa, evocação e poesia, mas faz isso com o objetivo de inspirar confiança ou instilar convicção no mérito de um determinado ponto de vista sobre uma questão controversa.” (NICHOLS, 2005, p. 80). Dentro dessa perspectiva, o documentário reforça a constituição desses sujeitos como atores principais e busca evidenciar a representação social, que para o autor, é o compartilhamento de experiências sociais pelos sujeitos que compõe a narrativa fílmica.

Dessa forma, um dos grandes desafios em estabelecer conexão com as realidades transmitidas pelo documentário “Tocantins, Rio afogado” é de que esses sujeitos continuaram a reivindicar seus direitos, sendo o principal: o de (re)existir em suas terras de origens.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. G. **Espaço, Poder e Nação: Bases para a Constituição de um Estado-Nação**. In: Revista Geografia em Atos (Geoatos online), v. 3, n. 10, p.5-31, jan-abr/2019.

ARAUJO, Amarildo Silva. **Desterritorialização da comunidade de Apinajés em São João do Araguaia (PA) na perspectiva da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Curso de Pós- Graduação em Estudos de Cultura e Território). Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2017.

BRITO, Hélio; BRITO, João Luiz Neiva. **DOCUMENTÁRIO TOCANTINS RIO AFOGADO**. Palmas/TO: 2005, Rede Sat Tocantins- TV Palmas.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade: um debate**. UFF, GEOgraphia - Ano IX - No 17 – 2007.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papyrus Editora, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. Polis, **Revista de la Universidad Bolivariana**, Volumen 8, N° 22, 2009, p. 121-136.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território**. In: ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. pp. 24-42 www.geouerj.uerj.br/ojs.

SOUSA, Adicleia Nascimento. **Os territórios simbólicos no processo de territorialização e desterritorialização cultural, na perspectiva de Rogério Haesbaert**. Jamaxi, UFAC, ISSN 2594-5173, v. 3, n. 2, 2019.



SOUZA, M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I.E., de.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 15ªEd. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VENÂNCIO, M.; CHELOTTI, M. C. A construção da barragem de Lajeado no rio Tocantins e o Programa de Compensação Ambiental Xerente. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 40 Abr., p. 409-438, 29 jun. 2021.

Artigo recebido em: março/2023

Artigo aceito em: maio/2023